

**PGM**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

**PARECER LICITATÓRIO Nº 1259/PGM/2023**

DA: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**OBJETO: Concorrência Pública nº 16/2023. Concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública de Santa Maria/RS.**

Vem a esta Procuradoria-Geral, para análise e parecer, o processo licitatório que trata da modalidade CONCORRÊNCIA Nº 16/2023, com o critério de julgamento de menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA a ser pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, para a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública de Santa Maria/RS. Acompanha o expediente minuta do Edital de Concorrência Pública, dividido em quatro partes (preâmbulo, definições e interpretações, lista de anexos, regulamentação da licitação), e quatorze anexos (Anexo 1 – Modelo de solicitação de esclarecimentos; Anexo 2 – Termos e condições mínimas do seguro-garantia; Anexo 3 – modelo de fiança bancária; Anexo 4 – Modelo de carta de apresentação da proposta comercial; Anexo 5 – Modelo de carta de apresentação dos documentos de qualificação; Anexo 6 – Declaração de elaboração independente de proposta, de atendimento ao artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de inexistência de processo falimentar, recuperação judicial, extrajudicial ou regime de insolvência, de ausência de impedimento para participação da licitação e de capacidade financeira; Anexo 7 – Modelo de procuração; Anexo 8 – Declaração de análise e viabilidade da proposta comercial emitida pela instituição financeira; Anexo 9 – Termo de confidencialidade entre a proponente e a instituição financeira; Anexo 10 – Minuta de contrato; Anexo 11 – Cronograma da licitação; Anexo 12 – Declaração formal acerca do atendimento às

**PGM****ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

prerrogativas referentes aos critérios de desempate estabelecidos no art. 60, § 1º, da Lei de Licitações; Anexo 13 – capa de documentação; Anexo 14 – manual de procedimentos da B3). Da análise da documentação acostada, passa-se a tecer considerações oportunas à espécie:

Efetivamente, o Estatuto das Licitações exige que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes sejam previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, na forma que dispõe o § Único do Artigo 38 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Este dispositivo vem ao encontro do Princípio da Legalidade, o qual orienta toda a atividade administrativa e, principalmente, a licitatória. Assim, para evitar possíveis irregularidades e/ou ilegalidades é que o legislador pátrio entendeu de bom alvitre registrar expressamente a necessidade de parecer jurídico sobre os atos até então praticados.

No tocante ao Edital acostado ao expediente, nota-se sua perfeita sintonia aos mandamentos legais. Tanto no preâmbulo, como no texto e no fecho, há o atendimento das exigências legais pertinentes. Ele define claramente o objeto da licitação, estabelece as condições para participação dos licitantes, para o julgamento das propostas e formalização do contrato.

Quanto à Minuta de Contrato, vislumbra-se orgânico e sistemático com a legislação vigente. Também, encontra-se em consonância com o Edital. Tal observação é importante, já que o edital é a matriz do contrato. Assim, em caso de divergência, corre-se o risco de anular o ajuste ou a cláusula discrepante.

Neste diapasão, a Minuta de Contrato aqui analisada é manifestamente válida, já que, na sua elaboração, foram seguidos critérios claros e objetivos.

Cabe destacar também que já houve aprovação da documentação referente ao processo licitatório pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, bem como já houve a realização de consulta pública, audiência pública, aprovação da Lei Municipal específica (Lei Complementar Municipal nº 165/2023), assim como o cumprimento dos

**PGM****ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

demaís requisitos previstos na Lei nº 11.079/2004 (Lei das PPPs) e na Lei nº 8.987/1995 (Lei de concessões e permissões). Ademais, o processo em questão contou com consultoria, a qual contemplou todo o assessoramento técnico e jurídico, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, tendo sido acompanhado pela Secretaria de Município de Finanças e por esta Procuradoria-Geral do Município.

Verificou-se, ainda, a necessidade de adequação do cronograma da licitação (Anexo 11), tendo em vista que neste há a informação de publicação do edital em data passada (22/12/2023).

Por fim, considerando o exíguo tempo de análise e a extensão do processo, informa esta Procuradoria que deve constar do mesmo a Declaração, firmada pela Senhora Secretária de Município de Finanças, referente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, em obediência aos termos do Art. 16, inc. I e II, e seu parágrafo 4º da Lei Complementar n.º 101/2000, haja vista a contrapartida do Município. Há também a necessidade de atendimento dos demais requisitos previstos no art. 10 da Lei nº 11.079/2004, como condicionantes legais de abertura do processo licitatório, muitos dos quais já contemplados nos cadernos enviados, devendo ser devidamente revisados.

### **Conclusão**

Ante o exposto, pela análise da documentação remetida a esta Procuradoria-Geral, somos do entendimento de que não há óbice legal capaz de sustar o regular processamento da Concorrência nº 16/2023, feitas as ressalvas acima.

É o parecer, s.m.j.

Santa Maria, 27 de dezembro de 2023.

**Guilherme Cortez dos Santos,**  
Procurador-Geral do Município